

***Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, Universidade  
Federal de Minas Gerais, n° 1, junho de 2008,  
Brasil**



## **Como se devem verter os antigos: Luciano e o século XVIII português**

Jacyntho Lins Brandão  
FALE/ UFMG  
*e-mail:* [jlinsbrandao@yahoo.com.br](mailto:jlinsbrandao@yahoo.com.br)

### **RÉSUMÉ**

Trois traductions de Comment on doit écrire l'histoire de Lucien de Samosate ont été publiées au XVIIIe siècle en Portugal: les deux premières, dans un seul volume, l'une à côté de l'autre, par les Frères Jacintho de São Miguel et Manoel de Santo António (1733), et la dernière par le Père Custódio de Oliveira (1771). Cet article analyse les trois traductions et leurs paratextes (préfaces, dédicaces, appréciations et notes), en posant trois sortes de questions: a) pourquoi traduire; b) comment traduire; c) comment juger les options idéologiques des traducteurs par rapport au contexte politique et culturel de l'illuminisme portugais.

**MOTS-CLÉS:** Lucien de Samosate; théorie de l'histoire; Illuminisme portugais; traduction; tradition classique.

## Como se devem verter os antigos: Luciano e o século XVIII português

Jacyntho Lins Brandão

FALE/ UFMG

*e-mail:* jlinsbrandao@yahoo.com.br

### RÉSUMÉ

Trois traductions de Comment on doit écrire l'histoire de Lucien de Samosate ont été publiées au XVIIIe siècle en Portugal: les deux premières, dans un seul volume, l'une à côté de l'autre, par les Frères Jacintho de São Miguel et Manoel de Santo António (1733), et la dernière par le Père Custódio de Oliveira (1771). Cet article analyse les trois traductions et leurs paratextes (préfaces, dédicaces, appréciations et notes), en posant trois sortes de questions: a) pourquoi traduire; b) comment traduire; c) comment juger les options idéologiques des traducteurs par rapport au contexte politique et culturel de l'illuminisme portugais.

MOTS-CLÉS: Lucien de Samosate; théorie de l'histoire; Illuminisme portugais; traduction; tradition classique.

O tema deste artigo nasceu paralelamente a outro trabalho – uma nova tradução e estudo de *Como se deve escrever a história* de Luciano de Samósata,<sup>1</sup> texto que, desde algum tempo, passou a interessar aos historiadores e vem sendo tomado como um documento importante para pensar-se a historiografia antiga, embora a avaliação de seu estatuto varie desde a perspectiva de Moses Finley, segundo o qual se trata de “um trabalho inferior, superficial e essencialmente sem valor”,<sup>2</sup> com o que concorda Luiz Costa Lima, ao concluir que as considerações de Luciano são “pobres”, importando apenas para mostrar que ele concebia a retórica “dever ter, no ofício do historiador, um papel bastante secundário”,<sup>3</sup> até posições menos negativas, como a de Luciano Canfora, que situa Luciano entre os “teóricos” da historiografia antiga, ao lado de Políbio, considerando o texto em pauta um “opúsculo metodológico sobre a história”,<sup>4</sup> François Hartog, o qual recorda como este constitui “o único tratado antigo sobre a história que atravessou os séculos e chegou até nós”,<sup>5</sup> e Jacques Schwartz, que o define como uma “sorte de manual do perfeito historiador”, obra única em seu gênero em toda a Antigüidade.<sup>6</sup> Pois bem: além da polêmica que cerca a avaliação dessa obra, de que citei não mais que poucos exemplos, ele apresenta ainda outra singularidade do ponto de vista de sua recepção no mundo lusófono: a de ter sido o primeiro texto de Luciano a ser

<sup>1</sup> Cf. Brandão, Jacyntho Lins. *Luciano e a história* (no prelo, Editora Tessitura).

<sup>2</sup> Cf. Finley, Moses. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 4.

<sup>3</sup> Cf. Lima, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 98.

<sup>4</sup> Cf. Canfora, Luciano. *Teorie e tecnica della storiografia classica*. Roma: Laterza, 1974, p. 15.

<sup>5</sup> Cf. Hartog, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 223 e 9ss.

<sup>6</sup> Cf. Schwartz, Jacques. *Biographie de Lucien de Samosate*. Bruxelles: Latomus, 1965, p. 20.

publicado em português; mais: ter conhecido já, antes da minha, três traduções para nossa língua; e ainda: que essas três traduções tenham aparecido, todas, durante o século XVIII.

As duas primeiras foram publicadas em Lisboa, pela Oficina da Música, no ano de 1733, num único volume, sendo da autoria dos frades Jacintho de São Miguel, cronista da Ordem de São Jerônimo, e Manoel de Santo António, bibliotecário do Real Mosteiro de Belém. Trata-se de um livro curioso, em que ambas versões do mesmo texto se imprimem lado a lado, pois constituem, na verdade, uma disputa sobre “como se deve traduzir”. De um lado, Frei Jacintho defende e pratica a por ele chamada “tradução literal”, justificando seu trabalho deste modo: “Eu, de maneira me sujeitei e me quis atar às palavras e às frases gregas, que até os casos dos nomes, os tempos, os modos e as vozes dos verbos trabalhei por exprimir, quanto pude, na língua portuguesa”. Por sua vez, Frei Manoel optou pela dita “tradução livre” e, por isso, esclarece seu êmulo, “verteu do original a sentença, sem atar-se às palavras, procurando com todas suas forças manifestar o pensamento do autor com as próprias frases da língua portuguesa que mais se assemelhassem às expressões da língua grega”.<sup>7</sup> Portanto, não se trata apenas de oferecer ao leitor os preceitos de Luciano sobre como se deve escrever a história, mas também de, pondo mãos à massa, mostrar como se devem traduzir os antigos. Conforme o próprio Frei Jacintho, que entrega a decisão, de comum acordo com o colega de ofício, ao Conde de Ericeira, “esta vem pois a ser a controvérsia: qual das duas versões pode ler-se sem deslustre do tradutor”.

Não bastasse ter servido o opúsculo de Luciano como objeto dessa curiosa contenda, tornando-se, pelo menos nos limites de meus conhecimentos, o primeiro texto do autor publicado em português,<sup>8</sup> na segunda metade do mesmo século é objeto de nova tradução, devida ao Pe. Custódio José de Oliveira e dedicada, por este, ao Marquês de Pombal. A primeira edição do trabalho tendo aparecido em 1771, pouco mais de trinta anos depois, em 1804, novamente se publica, em segunda edição “corregida e adicionada em suas notas”.

---

<sup>7</sup> Cf. de São Miguel. Ao Excelentíssimo Senhor D. Francisco Xavier Joseph de Menezes, Conde de Ericeira. In: Luciano. *Arte histórica de Luciano Samosateno* (sem numeração de página). A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar do livro, cujos prefácios reproduzi no meu livro que se encontra no prelo.

<sup>8</sup> O mesmo Fr. Jacintho de São Miguel traduziu e publicou, em 1739, vários outros textos de Luciano: *Do sonho, ou a vida de Luciano; Do parasito, ou que arte he a parasitica; Encomio da mosca; Contra hum ignorante que comprava muitos livros; Dialogo das Audiencias; Dialogos dos mortos; Macrobios, ou de vidas longas; Dos que vivem de salario; Apologia a favor dos que servem por salario; Alexandre, ou o falso profeta* (cf. Luciano Samosateno. *Discursos vertidos da lingua grega na portugueza*).

Ora, esse interesse por Luciano no Portugal setecentista constitui um caso privilegiado para a história não só da recepção do autor, como também da reflexão sobre o fazer histórico e os problemas que cercam a tradução dos antigos em diferentes contextos. Considero que se trata de documentos de excepcional valor, tendo em vista que, tomado como um tratado prescritivo, entendem todos os envolvidos que *Como se deve escrever a história* se aplica, de algum modo, ao contexto político português de então. Assim, é necessário indagar duas coisas – e é neste sentido que encaminharei estas reflexões: a primeira, o que faz com que uma obra que tem como objetivo justamente a crítica à história que, em sua época, se escreve para engrandecer Roma, ridicularizando exatamente o uso da história para finalidades laudatórias no contexto político, seja então considerada como requisito para o engrandecimento de Portugal e de sua história recente; por outro lado, interessa também o debate em torno dos modos de traduzir, que motiva as duas primeiras experiências em causa, e como, na prática, se efetivam os preceitos que se expõem. Portanto, duas questões: a) “por que” se traduzem determinados textos em determinados contextos; b) também “como” se traduzem determinados textos nesses contextos. Sem dúvida duas questões cruciais, atadas, todavia, de modo muito firme por um mesmo nó: c) as “leituras” a que se submetem os textos em contexto.

Antes de tudo, não há como negar que o interesse pelo opúsculo de Luciano tenha relação com os esforços que se fazem, sob D. João V e D. José I, para introduzir no país as “luzes” que então enobreciam o ambiente intelectual das principais nações européias. Apesar do tempo que separa a publicação dos trabalhos dos dois frades do efetuado pelo Pe. Custódio de Oliveira apresentar um divisor de águas importante – o terremoto de 1º. de novembro de 1755 e a ascensão política do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal – eles não deixam de ser inspirados por propósitos semelhantes e participam de um movimento que tem como foco a constituição de Portugal como nação, a fim de que possa figurar como par das demais da Europa. Se é na segunda metade do século, sob D. José, que se concretizam iniciativas importantes, em que avulta a reforma do ensino na colônia e metrópole (1758 e 1759) e a expulsão dos jesuítas, indicados como réus no crime de “lesa-majestade” (1759), já na primeira metade dos setecentos, com D. João V, observam-se iniciativas importantes na área cultural, como a fundação das bibliotecas da Universidade de Coimbra e do Paço da Ribeira, e, principalmente, no campo que aqui nos interessa, no ano de 1728, da Academia Real de História, composta por cinquenta membros e

encarregada do estudo da tradição militar, náutica e eclesiástica. A historiografia, portanto, faz parte de toda essa movimentação e participa da euforia de uma era marcada pela grandiosidade.

Cumprir recordar que a política de D. José, conduzida pelo Marquês de Pombal, incluiu a adoção de medidas no campo lingüístico de largas conseqüências. Com efeito, o primeiro documento da reforma do ensino no reino e nas colônias, o alvará de 17 de agosto de 1758, tratando do ensino primário público entre as populações indígenas do Brasil, determinava que

será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os meninos e meninas, que pertencerem às escolas, e todos os índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria de suas nações ou da chamada geral.<sup>9</sup>

Quase um ano mais tarde, com data de 28 de junho de 1759, vem à luz um segundo alvará, agora relativo ao ensino secundário em Portugal, com *Instruções para os professores de gramática latina, grega, hebraica, e de retórica*. É nesse contexto reformista que João Jacinto de Magalhães foi incumbido de traduzir o *Abregé de la nouvelle methode pour apprendre facilement & en peu de temps la langue grecque* (o chamado *Epítome do método de Port-Royal*), a primeira gramática de grego em nossa língua, publicada em 1760,<sup>10</sup> bem como o citado Pe. Custódio (tradutor de Luciano) foi encarregado, por resolução de 23 de julho de 1772, de elaborar o que seria também o primeiro dicionário grego-português, trabalho que não chegou a concluir. Como se vê, na esteira das reformas pombalinas, uma política lingüística encontra-se claramente delineada, somando o reforço do português na colônia à renovação metodológica do ensino das línguas clássicas na metrópole.

## 1. Por que traduzir os antigos

A justificação que dá o Pe. José Henriques de Figueiredo para a publicação do trabalho dos frades Jacintho e Manoel, em carta-dedicatória dirigida ao Conde de

---

<sup>9</sup> Cf. Cunha, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 80.

<sup>10</sup> Cf. de Magalhães, João Jacinto. *Novo epitome da grammatica grega de Porto-Real, composto na lingua portugueza para uzo das novas escolas de Portugal*. Paris: Na Officina de Franc. Ambr. Didot, 1760. Há ainda uma outra edição, feita em Lisboa: de Magalhães, João Jacinto. *Novo epitome da gramatica grega de Porto Real acomodado na lingua portugueza para uzo das novas escolas por mandado de Sua Magestade Fidelissima El Rei D. Joze o I, Nosso Senhor*, 1760. Cf. Moraes. *A gramática de grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma pombalina*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000, p. 5-11.

Ericeira, é bastante eloqüente com relação aos anseios do ambiente intelectual português no período pré-pombalino:

Fiando de mim o muito Reverendo Padre Fr. Jacintho de São Miguel, Monge de São Jerônimo e Cronista da sua Ordem, duas traduções de um livro, em que Luciano Samosateno dá preceitos para se escrever História, as dei ao prelo sem lhe pedir licença; para o fazer sem autoridade sua, me deu confiança a grande amizade que tenho com ele de muitos tempos a esta parte. E para as dar ao público, foi motivo o ver que leis para compor História são tão raras no nosso idioma, como as versões de grego em português. Digo que são raras porque até agora não encontrei na nossa língua nem uma cousa, nem outra. E como as cousas raras costumam ser bem recebidas e granjear estimações, me persuadi que este papel, publicado, não seria desagradável aos leitores; e quando não fosse pelo útil, ao menos poderia ter lugar pelo raro. (...) Porque sendo Vossa Excelência tão amante das belas letras, e mais das mais esquisitas, e não tendo perdido o amor da nossa língua com as muitas que sabe, não lhe desagradará que ela comece a haver aqueles cabedais com que as línguas mais cultas da Europa não pouco se enriquecem e se adornam. Parece-me que, sendo este papel bem aceito da benigna erudição de Vossa Excelência, será despertador e estímulo para que outros engenhos dêem ao nosso idioma, em maior cópia, os escritos que, no idioma grego, levam, com utilidade conhecida dos estudiosos, os estudos dos varões mais doutos que produzem as universidades da Europa.<sup>11</sup>

Como se vê, há duas perspectivas que se completam: de um lado, a constatação de um déficit de Portugal com relação às demais nações européias; de outro, a insistência na necessidade de sanar essa deficiência, processo em que à tradução dos autores gregos compete um papel importante.

É na mesma direção que avançam as considerações de D. Francisco Xavier José de Meneses, quarto Conde de Ericeira: com seu trabalho, os dois frades cumprem a missão de divulgar “em sua Nação os primores mais raros e os tesouros mais preciosos dos idiomas estrangeiros”, tendo-se, para tanto, aplicado “ao estudo gramático da língua grega, em que floresceram alguns portugueses em diversos séculos e que hoje não tinha tantos cultores, como merece aquela língua original dos melhores escritores de todas as faculdades”. Assim, o que o entusiasma, diante da empreitada para a qual se vê escolhido como juiz, é o desejo de “ver transplantadas ao nosso feliz terreno, com as suas folhas e com os seus frutos, as árvores que produziu Apolo em Grécia e Itália, na idade de ouro das línguas, ciências e artes, sem desprezar as obras que, nas línguas

---

<sup>11</sup> Cf. de Figueiredo, Joseph Henriques. Ao Excelentíssimo Senhor D. Francisco Xavier Joseph de Menezes, Conde de Ericeira. In: Luciano. *Arte histórica de Luciano Samosateno*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1733, p. 1-4.

vulgares, ou traduziram ou imitaram as antigas”.<sup>12</sup> A pretensão de Frei Jacintho é mais ousada, pois, traduzindo, ele deseja

mostrar, aos que chamam de bárbara a língua portuguesa, que esta não só é filha primogênita da latina, como já provaram muitos autores nossos e confirmariam as nações estranhas que a censuram se a soubessem e falassem desapaixonadas, mas que tem juntamente um copiosíssimo número (se não é todo) das frases e da locução da língua grega.

É por isso, ele continua, que traduz “palavra por palavra”, o que se torna possível tendo em vista que, como o grego, o português tem artigos e, principalmente, o “*plus quam* perfeito, que nenhuma língua tem fora da latina, grega e portuguesa”. Assim, quem examinar a questão, “vendo quanto são parecidas, confessará ser a língua portuguesa um composto daquelas duas línguas, a grega e a latina, as mais nobres, as mais estimadas e elegantes do mundo todo”. Finalmente, ele completa: “Quem amar a Pátria não se desagradará do meu trabalho, por ter mais este argumento com que convencer aos adversários que censuram o mesmo que não entendem”.<sup>13</sup> A língua e a pátria, portanto, ambas assim conjugadas e enriquecidas pela tradução de Luciano.

O mesmo sentido de engrandecimento da nacionalidade empresta o Pe. Custódio de Oliveira a seu trabalho. Em dedicatória ao Marquês de Pombal, ele declara que o moveram, entre outras, duas razões “fortíssimas e assaz notórias”: uma, “a consideração de que, sendo a Nação portuguesa acostumada a obrar, na paz e na guerra, feitos claríssimos e dignos de imortal memória, teve sempre igual descuido em deixar à posteridade monumentos dignos de suas ilustres ações”; a outra razão que o moveu foi “o testemunhar, com todo este Reino, como, oferecendo os gloriosos dias de V. Excelência, ao mundo, uma série de sucessos venturosos (assunto digno da mais grave e

---

<sup>12</sup> Cf. de Menezes. *Censura das traduções da Arte Histórica de Luciano pelo Conde de Ericeira*. In: Luciano, *op. cit.*, 1733, p. 2-4. Para que se aquilate o peso dessas palavras, cumpre lembrar que o conde pertencia justamente à Academia Real de História fundada sob D. João V, de que foi, logo de sua criação, um dos cinco diretores e censores. Nascido em 1673 e falecido em 1743, ele como que encarna o intelectual do tempo, cultivando as matemáticas e as letras, conhecedor de várias línguas, membro de academias nacionais e estrangeiras, correspondente de eruditos da França, Alemanha, Holanda, Itália e Espanha, autor de um número vastíssimo de obras sobre variados assuntos – e, sobretudo, reiteradamente atuando como árbitro em competições poéticas e literárias, ocasiões em que granjeou a fama de imparcial e justo. Em 1733, quando julga a disputa entre os dois jerônimos, aos sessenta anos, conta com um renome bem estabelecido, o que dá a suas palavras uma autoridade incontestável.

<sup>13</sup> Cf. de São Miguel. *Ao Excelentíssimo Senhor D. Francisco Xavier Joseph de Menezes, Conde de Ericeira*. In: Luciano, *op. cit.*, 1733.

instrutiva História)”, deve logo cessar o dito descuido.<sup>14</sup> Os feitos do Marquês, que engrandecem Portugal e (como as façanhas dos heróis aos aedos de Homero) “oferecem aos escritores vindouros tantos, tão admiráveis e tão estranhos sucessos”, são arrolados:

Mas se fosse pouco restabelecer a felicidade pública sobre as ruínas do mais horrível terremoto; regular o comércio; erigir e aperfeiçoar as manufaturas; quebrar as cadeias da escravidão dos índios; pôr em exata arrecadação o Erário Régio; destruir e aniquilar os monstros públicos; sustentar ilibada a fé antiga; afugentar a discórdia; desterrar o monstro da hipocrisia e do fanatismo; finalmente, como se o nosso amabilíssimo Monarca e o seu vigilantíssimo Ministério passassem os seus dias em um perfeito ócio, no qual só é que as Musas acham de ordinário o seu abrigo, estes mesmos estudos e aquelas ciências, que já em outro século tanto ilustraram a nossa Pátria, correm nos dias de V. EXCELÊNCIA a tomar o seu antigo assento e a alumiar os escritores portugueses, indignos por certo de serem tiranizados com as trevas da ignorância.<sup>15</sup>

Portanto, afirma o Pe. Custódio, agora no Prólogo à obra, “trabalhei por expor na nossa língua, com clareza e propriedade, os pensamentos de Luciano; e creio, se consegui isto, haver servido em muito a nossa Nação, em cuja utilidade firmo este presente tratado”.<sup>16</sup> Convém recordar: publicada sua tradução em 1771 e dedicada nesse estilo altissonante ao Marquês de Pombal, em 1772 foi o Pe. Custódio oficialmente encarregado da alta missão de elaborar o que deveria ser o primeiro dicionário grego-português (recebendo por isso uma pensão de duzentos mil réis – e deixando o trabalho por fazer!).<sup>17</sup>

## 2. Como traduzir os antigos

Não se pode separar desse ambiente político e intelectual o debate sobre como verter os antigos, explícito no caso de Fr. Jacintho e Fr. Manoel, mas presente também no do Pe. Custódio. Como já observei, o trabalho dos dois primeiros é publicado um em face do outro, lendo-se, no alto das páginas da esquerda, a indicação de “primeira versão” e, nas da direita, “segunda versão”, ou seja, a apresentação material do livro quer privilegiar a contraposição entre uma e outra, esperando-se do leitor o exercício de

---

<sup>14</sup> Cf. de Oliveira. Ao Ilmo. e Excmo. Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal. In: Luciano. *Sobre o modo de escrever a Historia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1804, p. 2-5. O texto completo da dedicatória encontra-se reproduzido no Apêndice 3.

<sup>15</sup> Cf. de Oliveira. *op. cit.*, p. 4, *recto et verso*.

<sup>16</sup> Cf. de Oliveira, Prólogo. In: Luciano. *Sobre o modo de escrever a Historia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1804, p. 22-23.

<sup>17</sup> Cf. Morais. *A gramática de grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma pombalina*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000. N. 24, p. 36.



comparação, sob a orientação do Conde, que, como se pode ver em sua censura, simplesmente se limita a realçar as qualidades de ambas, julgando que atendam a diferentes objetivos: ambas se imprimem porque assim se satisfazem dous fins principais e úteis à república literária: a tradução literal,

porque, ainda que pareça ao princípio mais insípida, é a que dá mais propriamente o conhecimento da frase grega, e aquela colocação, que nos pareceu estranha ou violenta, é um retrato original e parecido, de que os defeitos, ainda que não agradem aos olhos, verificam a semelhança. A versão livre mostra, como o retrato que Apeles fez de Alexandre, que, encobrando-se no meio perfil, sem desar nem lisonja o adula, nem o desfigura a ousadia da verdade. Nesta tradução se faz Luciano mais discreto, na outra mais estendido; na primeira fica amável, na segunda fica útil; quem, pelo costume, não quer ouvir senão a harmonia da eloquência, leia a segunda tradução; quem, aplicando-se ao sólido, não achar dissonante a estranheza da frase, leia a primeira. (...) E é preciso que sejam duas as traduções de um autor, método até agora pouco observado (porque cada um traduzia segundo o seu gênio).

Portanto, o critério está em considerar não só o interesse que a obra traduzida tenha em si mesma, mas que, uma vez traduzida, sirva como modelo “assim para os preceitos da história, como para os exemplos da eloquência”. Dizendo de outro modo: não se trata de apenas transportar corretamente o grego para o português, mas de, nesta última língua, assumir um caráter paradigmático. Aliás, a qualidade do trabalho dos frades na língua de chegada é também ressaltada pelos qualificadores do Santo Ofício em termos bastante grandiloquentes. Conforme o primeiro deles, Fr. Manoel do Espírito Santo,

se, por força da obediência, livre dos estímulos da lisonja, devo cumprir com tão irrefragável preceito, dizendo o que sinto, confesso não é fácil exprimir se os escritores portugueses, aplicados nas suas composições, ficam devendo mais a Luciano, expondo no idioma grego as regras para a boa e bem ornada História, do que a estes fidelíssimos tradutores, declarando-lhas com tanta elegância e na nossa língua lusitana!

O mesmo parecer ecoa nas palavras do segundo qualificador, Fr. Manoel de Sá, segundo o qual:

Não posso deixar de louvar aos eruditos tradutores, por enriquecerem nosso idioma com um tesouro de tão preciosa utilidade; porque ainda que as traduções sejam empresa servil do entendimento, estas estão tão nobremente executadas, que parece nos deixam duvidosos se



Luciano é o tradutor ou se é o traduzido, pelo que também por essa circunstância lhe é devido universal aplauso.

Essas declarações, para serem bem compreendidas, devem ser situadas no debate que vinha desde o Renascimento e se intensificara no século anterior sobre a forma de traduzir os antigos. É preciso considerar que todos os envolvidos na disputa de 1733 parecem estar dela bem inteirados, sendo sintomático o comentário de Fr. Jacintho, para justificar sua opção:

Sei que os intérpretes dos autores gregos se estão repreendendo continuamente uns aos outros; a este, porque deixou passar uma palavra, àquele, porque no mesmo período deixou algumas; qual, porque não fez caso de uma conjunção ou confundiu dous períodos, e qual, porque deu ao vocábulo a significação que não convinha, naquela ocasião, à sentença. Não trato aqui dos que ou preteriram períodos inteiros ou os mutilaram, porque não os perceberam. Logo, parece que, pois os intérpretes censuram a omissão de palavras, o traduzir palavra por palavra não é culpável. Principalmente se, traduzindo por este modo, não falarmos barbaramente, como em alguns intérpretes, com razão, se nota. João Benedicto, o mais excelente de quantos interpretaram, em latim, a Luciano, favorece esta opinião, publicando que o felicíssimo Thomas Moro vertia mais perfeitamente porque traduzia, do grego, palavra por palavra, em latim puro.

Do mesmo modo, o Conde de Ericeira dá mostras de erudição, provavelmente para exhibir suas credenciais, ao referir-se aos “Benedictos, os Burdelots, os Sambucos, os Ablancoures e outros tradutores e comentadores de Luciano”,<sup>18</sup> acrescentando que “o famoso Ablancourt mereceu a antonomásia de atrevido, que algumas vezes é louvor, outras vitupério; mas não perdeu, na tradução das histórias, o nome de tradutor insigne de que se fez digno e que não conservou na versão do mesmo Luciano, a quem chama um bom crítico ‘o Luciano de Ablancourt’”.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> O Conde refere-se às seguintes edições e traduções de Luciano, respectivamente: a) a de Ioannes Benedictus, publicada em Saumur, em 1619, por *Petrus Piededibus*; b) a de Jean Bourdelot, publicada em Paris, em 1615, por Pierre Febvrier e Julien Bertaut; c) a aparecida em 1563, em Basiléia (Bâle), com texto grego e latino, publicada por Sebastien Henricpetri, em quatro volumes, com anotações de Gilbertus Cognatus e Ioannes Sambucus (a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar desta edição); d) finalmente, a tradução de Nicolas Perrot, Senhor de Ablancourt, publicada em 1654, em Paris, por Augustin Courbé, reeditada várias vezes desde 1655 (a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um exemplar da edição de 1709: *Lucien de la traduction de N. Perrot, Sr. d'Ablancourt*. Nouvelle édition revue et corrigée. Amsterdam: Chez Pierre Mortier, 1709 - N.E.).

<sup>19</sup> A tradução de Ablancourt foi chamada, por Ménage, *la belle infidèle*. Todavia, tonou-se a tradução clássica de Luciano para o francês, até o fim do século XVIII. Cf. Bompaire, Introduction générale. In: Lucien. *Oeuvres*. Texte établi et traduit par Jacques Bompaire. Paris: Les Belles Lettres, 1993, p. 149 (N.E.).



A referência é a N. Perrot, Senhor de Ablancourt, nascido em 1606 e falecido em 1664, o qual se notabilizara por adotar, de forma radical, como tradutor, o princípio da *aemulatio*, ou seja, a emulação que busca ultrapassar o autor traduzido. Assim, na sua versão da obra completa de Luciano, aparecida em 1654, ele justificava que:

Propus-me agradar mais do que ser fiel, ou antes, eu achei que a fidelidade nesse ponto consistiria no agrado, sem me distanciar, no entanto, do objetivo e do desenho do meu autor. (...) Portanto, não me agarro sempre às palavras nem aos pensamentos deste autor; e, permanecendo no seu objetivo, adequo as coisas ao nosso ar e ao nosso modo. As diversas épocas exigem não apenas palavras, mas também pensamentos diferentes; e os embaixadores possuem o costume de vestir-se segundo a moda do país para o qual são enviados, temendo serem ridículos diante daqueles que devem agradar. No entanto, isso não é propriamente a tradução; mas é melhor que a tradução; e os antigos não traduziam de outro modo.<sup>20</sup>

Essa postura teórica e sua prática deram lugar, no século XVII, à moda das *Belles infidèles*, que Márcio Seligmann-Silva considera “a essência da tradução”, uma vez que “toda tradução parte da separação entre o significante e o significado”.<sup>21</sup> Trata-se, como se vê, de um tema ainda atual – e, como na época de Fr. Jacintho, os tradutores não se cansam também hoje de criticar-se mutuamente, numa disputa cuja essência eu expressaria assim: toda bela é por natureza infiel e, entre as fiéis, não há belas? Da perspectiva do Senhor d’Ablancourt parece que não, pois, em seu culto da beleza, ele não se furta a ousadias como acrescentar aos dois livros das *Histórias verdadeiras* de Luciano outros dois, explicando que:

Luciano tendo dito, no fim do segundo livro desta história, que iria descrever em seguida as maravilhas que tinha vivido nos Antípodas, e isso não se encontrando absolutamente, seja porque os livros se perderam ou por outra razão, tomou àquele que fez o diálogo precedente de brincar, a seu exemplo, com aventuras estranhas e nunca ouvidas. Mas, como não há nada mais fácil que fingir coisas que não têm nenhum fundamento na razão nem na natureza, creu que não deveria imitá-lo quanto a isso. Assim, não disse nada que não tenha algum sentido alegórico ou algum ensinamento mesclado com o prazer.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Cf. Seligmann-Silva, Márcio. Do gênio da língua ao tradutor como gênio. In: Marquez, Luiz. *A constituição da tradução clássica*. São Paulo: Hedra, 2004. p. 258-259.

<sup>21</sup> Cf. Seligmann-Silva, *op. cit.*, p. 260.

<sup>22</sup> Cf. Lucien. *Lucien de la traduction de N. Perrot, Sr. D’Ablancourt. Nouvelle edition, reveüe et corrigée*. Amsterdam: Chez Pierre Mortier, [1709]. V. 2, p. 414.

“Aquele que fez o diálogo precedente” é identificado como Monsieur de Frémont, sobrinho do tradutor, o qual havia traduzido o *Diálogo das vogais* de Luciano a partir do seguinte princípio: sendo “impossível dar um sentido, em francês”, a essa obra, “preservando o dado pelo autor”, já que ele apresenta as vogais gregas em disputa, as quais, em francês, não existem todas nem apresentam diferenças de duração,

o que se pôde fazer foi aproveitar de sua invenção e, para ter mais matéria para divertir, fez-se com que falassem todas as letras do alfabeto, uma após a outra, diante do Uso e da Gramática, dos quais um atua como o Juiz e a outra como o Advogado Geral. De resto, essa galanteria não é inútil: pois pode-se aprender com ela muitas coisas curiosíssimas a respeito da ortografia e da pronúncia.<sup>23</sup>

Observe-se bem nos dois casos: a bela, porque infiel, também ensina – essa sendo, no meu modo de entender, a principal renovação a que D’Ablancourt procede, tornando Luciano útil, de acordo com a percepção de seu tempo de que a literatura, disfarçada de divertimento, ministra necessariamente algum ensinamento. Ainda que não pareça a uma parte dos comentadores, acredito que, menos que por opção estética, a bela é infiel visando a ser pedagógica.

Com isso parece que os nossos tradutores portugueses de Luciano e os que os rodeiam também concordam, com uma diferença importante: para ser útil não é necessário que se seja infiel. A utilidade, como vimos, desdobra-se em duas esferas: em primeiro lugar, os preceitos luciânicos sobre como escrever a história são oportunos para Portugal; por outro lado, a tradução dos mesmos enobrece, enriquece e aperfeiçoa a língua portuguesa. Num e noutro nível, trata-se de fornecer exemplos: de como se deve escrever a história; de como se deve traduzir; de como se deve escrever, em suma.

### 3. Leituras de textos

Tendo essa perspectiva em mente, passemos à análise de alguns trechos significativos do tratado de Luciano, tanto em termos das dificuldades que impõem, quanto por seu caráter nuclear.

Os textos que se encontram na tabela 1 expõem as duas traduções publicadas lado a lado, em 1733, mais a tradução do Pe. Custódio de Oliveira, de 1771.

Tabela 1

Fr. Jacintho	Fr. Manoel	Pe. Custódio
--------------	------------	--------------

<sup>23</sup> Cf. Lucien. *op.cit.*, 1709. V. 2, p. 393.

<p>[p. 2] Dizem, ó egrégio Filo, assaltou aos Abderitas: reynando já Lisimacho, huma enfermidade desta maneira. Primeiramente todos vulgarmente adoeciaõ de febre forte, e continua logo do primeiro dia. Perto porém do dia sétimo, a huns correndo hum fluxo de sangue pelos narizes, sobrevindo a outros hum suor copioso, appla-</p> <p>[p. 4] applacava este a febre. Mas <i>um affecto ridiculo</i> lhes transtornava os entendimentos, porque delirantes todos se provocavaõ a representar Tragedias, recitavaõ versos Jambos e gritavaõ muito. Representavaõ principalmente com lagrimas a Andromeda de Euripides, e <i>referiaõ em verso a pratica de Perseo</i>. Estava a Cidade chea daquelles Tragedos feitos em sete dias, e todos palidos, e macilentos, e clamando a grandes vozes: <i>O tu, amor, tyrano dos Deoses, e dos homens;</i> e outras cousas.</p>	<p>[p. 3] Dizem, ó honrado Filo, que reynando já Lisimacho, deu nos Abderitas esta doença. Primeiramente adoeciaõ todos em geral de febre, ao principio logo [...]ente, e continua. Porém no seteno, a huns com hum grande fluxo de sangue pelos narizes, e a outros com hum suor, tambem copioso, se despedio a febre. Mas transtornoulhe os entendi-</p> <p>[p. 5] mentos em <i>huma loucura, digna de riso</i>. Porque lhes dava a todos em representar Tragedias, recitar versos Jambicos, e gritar muito. Mas mais que tudo choravaõ a Andromeda de Euripides, e <i>faziaõ a vezes o papel de Perseo</i>. Estava a Cidade chea daquelles Tragedos em sete dias, todos palidos, e macilentos, <i>vozeando desentoadamente: Tu porém, ó amor, tyranno dos homens, e dos Deoses;</i> e as outras cousas.</p>	<p>[p. 1] Conta-se, amado Filo, que no reinado de Lysimaco<sup>a</sup> os moradores de Abdera enfermãõ de huma muito má qualidade de doença, que no principio fazia arder todo povo em febre, forte logo, e contfna desde o primeiro dia, até que perto do seteno ficavaõ lim-</p> <p>[p. 2] pos da febre; huns deitando muito sangue pelos narizes, e outros sobrevindo-lhes hum suor copioso. Com esta enfermidade se voltou a todos o juizo para <i>huma paixão ridicula</i>, que universalmente os constringia a representarem segundo o modo tragico, já repetindo versos jambicos, já clamando em altas vozes, ou recitando ordinariamente em canto triste a Andromeda de Eurípides, <i>ou declamando entoadamente a falla de Perseo</i>. Toda a Cidade estava cheia daquelles magros, e macilentos setenarios, que á maneira de Actores de Tragedia <i>bradavaõ em alta voz:</i></p> <p><i>Oh tu Amor, que dos Deoses, E dos homens hes Tyranno.</i><sup>a</sup></p> <p>a Depois da morte de Alexandre Magno reinou Lysimaco na Thracia, onde está a Cidade de Abdera, hoje chamada Asperosa.</p> <p>a Fragmento de huma das Tragedias, que se perdêrão de Euripides.</p>
---	--	--

Trata-se da abertura de *Como se deve escrever a história*, em que Luciano narra a doença que tomou conta dos habitantes de Abdera após terem assistido, sob o sol escaldante de verão, uma apresentação da *Andrômeda* de Eurípides, ficando então todos loucos com a tragédia. Sua intenção é comparar essa doença com a que acometia então os historiadores que, na intenção de bajular os romanos, se puseram também a escrever histórias sobre as vitórias do Imperador Lúcio Vero sobre os partos. Além de tudo que há de semelhante nas três versões e, naturalmente, de diferente, cumpre chamar a atenção apenas para dois pontos.

O primeiro, como cada qual traduziu *páthos geloïon*: Fr. Jacintho, numa acepção bastante abrangente, verteu a expressão como “affecto ridículo”, o que preserva bem o sentido passivo do termo grego *páthos*, uma afecção, e coincide, ainda que a palavra

portuguesa seja diversa, com a opção do Pe. Custódio: “paixão ridícula” (salientando-se que *passio* seria o correspondente latino mais exato do grego *páthos*). Já Fr. Manoel foi mais interpretativo e, uma vez que esse *páthos geloïon* perturba justamente a *gnóme* dos abderitas, optou por traduzi-lo como “uma loucura digna de riso”.

O segundo detalhe está relacionado não só com opções de tradução, mas com uma flutuação nos textos testemunhados pelos manuscritos: com efeito, na família  $\gamma$  lê-se que os abderitas declamavam a fala de Perseu *en mélei*, isto é, em cantos, cantando; já na família  $\beta$  o que se encontra é que o faziam *en mérei*, ou seja, alternadamente, correspondendo essa expressão à latina *per uices*. Não temos como saber a partir de qual edição do texto grego trabalharam os dois frades, nem se ambos tinham às mãos uma mesma edição, embora Fr. Jacintho, no prefácio, faça referência à de Jean Benedictus, considerada excelente pelos críticos (texto grego e tradução latina), e, em sua censura, o Conde de Ericeira declare conhecer, além da citada, também as de Jean Bourdelot e Sebastien Henricpetri.<sup>24</sup> Seja como for, parece que Fr. Jacintho e o Pe. Custódio respondem à primeira lição (*en melei*), ao escreverem, respectivamente, “referiam em verso a prática de Perseu” e “declamando entoadamente a fala de Perseu”, enquanto Fr. Manoel opta pela *lectio difficilior*, vertendo “faziam a vezes o papel de Perseu”.

Nos quadros seguintes (tabela 2 e 3) encontram-se trechos que representam, efetivamente, uma “cruz” para os tradutores. Luciano, neles, entra em detalhes que só fazem efeito na língua grega e no ambiente retórico em que se encontra. Eis o primeiro:

Tabela 2

Fr. Jacintho	Fr. Manoel	Pe. Custódio
[P. 36] Porque também he isso agora muita bondade, o cuidar ser isto dizer cousas semelhantes a Thucidides, se mudando hum pouco, diga alguém aquellas poucas cousas delle, quando tu mesmo o podias dizer: <i>Naõ por esta causa, por Jupiter, e por pouco deixey aquellas cousas.</i>	[p. 37] Depois he isto nos nossos tempos tambem muito ordinario, o cuidar que fica Thucidides, quem com pouco empacho lhe apanha o seu: <i>Micra cácein a</i> (que vem a ser: E aquellas pequenas cou- [p. 39] sas) <i>os dai autos anphaies</i> (isto he: Que tambem tu podes dizer) <i>oudi auton né Diá</i> (que significa: Não por esta causa, por Jupiter) e finalmente: <i>Caceina oligou dein parelipon</i> (que querem dizer: E por pouco que passey em claro aquellas cousas).	[p. 35] He tambem agora muito frequente o julgar que dizem cousas semelhantes ás de Thucydides, quando alguém usa das proprias palavras, de que elle usou, e principalmente daquellas de pouca entidade, como v.g.: <i>Como tu mesmo dirias: não pela mesma causa: na verdade: por pouco, que não deixei de fallar naquellas cousas.</i>

<sup>24</sup> Sobre essas edições, cf. nota 18.



Sem dúvida, Luciano visa a leitores que conheciam bem, provavelmente de cor, trechos e expressões de Tucídides, geralmente reproduzidos em antologias. Neste caso, Fr. Manoel opta pela solução mais difícil, ao reproduzir, transliteradas, o que seriam as palavras gregas.<sup>25</sup> Embora, portanto, segundo Fr. Jacintho, seu êmulo tivesse como opção traduzir a idéia e não ater-se às palavras, aqui as estratégias parecem invertidas, sendo ele que se prende com mais força ao texto grego, numa solução quase didática, em detrimento do estilo.

O segundo exemplo, quando Luciano critica o uso de formas jônicas mescladas a “expressões habituais e muitas delas como se fala numa esquina qualquer”, traz o inconveniente de que se tenha de citar os termos *ietriké*, *peíren*, *hokósa* e *noúsoi*, que o leitor antigo sabia do que se tratava, mas não o falante de uma outra língua. As soluções são as possíveis, como se vê na próxima tabela:

Tabela 3

Fr. Jacintho	Fr. Manoel	Pe. Custódio
[P. 40] E havendo começado a escrever no dialecto Jonico, naõ sey porque razaõ passou muy depressa para o idioma commum, dizendo: <i>Iatrei en, e Peiren, e Ocosa, e Nouçoi</i> , (em vez de dizer: <i>Iatricen, Peiran, Oposa, e Nocin</i> ) e outras cousas muy commuas ao vulgo, e a mayor parte muy triviaes.	[p. 41] Depois tendo começado a escrever no dialecto Jonico, naõ sey que lhe deu na cabeça passar logo, logo à lingua commua. Dizendo quatro palavras Jônicas: <i>Iatrei en, peíren, o cósa, nousi</i> (significaõ arte Medica, experiencia, quaesquer cousas que, doenças) as demais foraõ do commum e pela mayor parte vulgares.	[p. 38] E além disto; porque começou a escrever no dialecto Jonico, passou logo para o commum, não sei com que pensamen- [p. 39] to <sup>a</sup> ; e o mais he, que com palavras, de que usa a plebe, e as mais dellas triviaes. <hr/> a. O texto continúa: Havendo dito Medicina, experiência, quantas cousas, e doenças <i>ιητρική, πείρην, όκόσα, νούσοι</i> , o que he no dialecto Jonico, e não <i>ιατρική, πείρα, όπόσα, ε νόσοι</i> , que he no dialecto commum, &c.

É Fr. Jacintho que agora translitera as palavras gregas, sem indicar seu significado, e põe, entre parênteses, os correspondentes áticos (*iatrikén*, *peíran*, *hopósa* e *nósos*, com alguma incorreção), enquanto Fr. Manoel usa dos parênteses para traduzi-las, sem indicar as formas áticas, devendo-se ressaltar o que cada opção tem de mais próprio, com relação ao processo tradutório, ou seja, o que cada um considera que são as informações que deve passar ao leitor: no primeiro caso, diferenças dialetais; no

<sup>25</sup> Cumpre observar que discordo do entendimento dos três, pois essas expressões, na verdade, é provável que ironicamente, formam uma nova frase de Luciano, que traduzo assim: “Por Zeus! por pouco deixava de lado mais uma coisa”, que o tal historiador chamava muitas das armas e máquinas de guerra como os romanos as chamam etc. (cf. Brandão, *op.cit*).



segundo, o sentido dos termos. É provável que a escolha de Fr. Manoel seja, neste caso, a melhor. Já a solução do Pe. Custódio foi mais radical: eliminar as quatro palavras incômodas do corpo do texto, acrescentando uma nota – por sinal erudita, em que se grafam os termos no próprio alfabeto grego.

Este é um aspecto importante, que aponta para as modificações que se vão introduzindo nas traduções dos textos antigos – um movimento que prenuncia o triunfo da filologia clássica do século XIX, com seu gosto por notas explicativas, as quais, segundo Norden, são uma invenção de nossos séculos carentes de estilo. Não que este recurso esteja de todo ausente no texto de Fr. Manoel, em que são pouquíssimas e brevíssimas, mas as décadas que o separam do último testemunham como o gosto pelas notas se impôs. O Pe. Custódio, de fato, demonstra especial gosto por elas, algumas extensíssimas. Ele não só faz comentários, como introduz os trechos de outros escritores a que Luciano alude. Tome-se como exemplo a referência à expressão homérica “desse fumo e espuma”, a propósito da qual escreve:

Para melhor intelligencia deste lugar he preciso advertir que Luciano se lembra aqui de huma passagem de Homero na *Odys.* Liv. XII. vers. 208, onde Ulisses, para fugir do Scylla, manda ao Piloto retirar a náó do fumo e das ondas que o Scylla levantava em redor de si: e ainda que esta falla, ou outro qualquer llugar de Homero, a que aqui se refere, seja algum tanto extenso, desculpe-me a traduzillos aquella paixão que este pai dos Poetas deve a todos nas suas obras, principalmente no mesmo original. Diz assim Ulisses:

Amados companheiros, até agora  
Não fomos d'algum mal já inexpertos:  
Nem he tamanho agora o que se offrece,  
Como foi quando á força nos fechava  
Na concava caverna o Grão Ciclope;  
Mas com tudo dahi nos escapamos  
Com prudente conselho, e meu esforço,  
Do que ainda algum tempo bem contentes  
Vos lembrareis talvez; mas eia, agora  
Ouçamos todos este meu conselho:  
Nos bancos estribados, com os remos  
Os grossos mares ide combatendo,  
Quando o Grão Jove ao menos conceda  
Que desta morte horrivel escapemos.  
A ti, pois, ó Piloto, assim diviso,  
(E já que a cava náó no leme reges,  
Sempre isto na lembrança assim conserva)  
Por fóra deste fumo, e destas ondas  
Arrea a náó, sondando vigilante  
Sempre o cachopo, a fim de que não vamos



Alli surtir, no mal precipitados.<sup>26</sup>

Note-se que são efetivamente belos decassílabos, os quais provam a destreza do Pe. Custódio. Em outro lugar, onde Luciano critica aqueles que, na história, utilizam termos poéticos, indagando, conforme a tradução do próprio padre, “em que lugar poremos, amado Fílo, aqueles que, na História, usam de termos poéticos, dizendo: ‘A máquina bramia propulsada, e a muralha ao cair fez grande estrondo?’” (p. 46), ele acrescenta a seguinte nota:

Como os gregos abundam de termos próprios para a Poesia, e a nossa língua não tem essa abundância, servindo-se quase sempre das mesmas palavras, quer no verso, quer na prosa, vali-me ao menos de traduzir estas passagens pela frase e metro poético, para fazer ver quanto, na nossa língua, seriam repreensíveis estas expressões na História, a qual de modo nenhum é suscetível do que é próprio dos poetas, como já se disse no parágrafo oitavo. (p. 46, nota)

Com efeito,

A máquina bramia propulsada  
E a muralha ao cair fez grande estrondo

constituem dois perfeitos decassílabos, não deixando de ser bastante engenhosa a solução encontrada, embora não tão engenhosa que prescindisse de uma explicação (que D’Ablancourt provavelmente não se sentiria forçado a dar, na certeza da infidelidade própria daquelas que são belas). O mais relevante, todavia, é observar como se trata de uma nota que poderíamos classificar de “metatradutória”, ou seja, ela não se destina, como no exemplo anterior, a informar ao leitor algo necessário para a compreensão do texto, mas a chamar sua atenção para o próprio trabalho de tradução, valorizando a bem achada alternativa.

#### 4. Leitura de contextos

Além das diferenças de estilo, que fazem, em geral, com que os textos de Fr. Manoel e do Pe. Custódio sejam mais extensos e usem mais de paráfrases,<sup>27</sup> desejo chamar a atenção apenas para um último aspecto bastante significativo, relacionado não com os compromissos lingüísticos, mas propriamente ideológicos de quem traduz.

---

<sup>26</sup> Cf. p. 8-9, nota.

<sup>27</sup> A tradução de Fr. Manoel é sempre um pouco mais extensa que a de Fr. Jacintho, tanto que, no final do livro, a partir da página 111, é impressa em corpo menor, para que ambas terminem nas páginas 112 e 113, respectivamente.

Um dos pontos altos do escrito de Luciano encontra-se na famosa explicitação de como ele espera que seja o historiador, cujo modelo é evidentemente Tucídides:

Tabela 4

Fr. Jacintho	Fr. Manoel	Pe. Custódio
Tal pois, quanto a mim, seja o historiador: intrépido, incorrupto, livre, amigo da liberdade no dizer e da verdade, nomeando (como diz o cômico) aos figos, figos, ao prato, prato; não governando-se por ódio nem por amor; não perdoando ou compadecendo-se; não envergonhando-se nem respeitando; seja juiz igual e benévolo para todos até o não dar a ninguém alguma coisa mais de decente. Nos livros seja peregrino, sem cidade, sem lei, sem rei; não considerando o que parecerá a este ou àquele, mas dizendo o que se fez.	Quanto a mim, o historiador há de ser de tal condição que nem tema, nem o dobrem dádivas, livre, amigo de dizer a verdade livremente, para, como diz o cômico, chamar aos figos, figos, e escudilha à escudilha; não há de condescender com o ódio, nem com a afeição, nem há de perdoar, nem compadecer-se, nem envergonhar-se, nem render-se a rogos; há de ser juiz com igualdade e benevolência para todos, de tal modo que não dê a ninguém mais do que é justo. Com os livros seja estrangeiro; não o domine o amor da Pátria; ninguém lhe dê leis, ninguém o mande; não cuide no que contentará a este ou àqueloutro, mas conte o sucedido.	Tal seja o meu historiador, sem medo, incapaz de ser corrompido, livre e amigo da verdade, e com desembaraço para dizê-la, chamando, como o cômico, ao figo, figo, ao batel, batel, sem dar lugar ao ódio ou à amizade; sem perdoar, ou seja por compaixão, receio ou vergonha; juiz inteiro e benévolo para todos, para que a ninguém dê mais do que é justo, sendo nos seus livros como um estrangeiro, não adido a cidade alguma, sujeito somente às suas próprias leis e reconhecendo por único soberano a verdade, sem considerar o que agradará a este ou àquele, mas narrando sinceramente os fatos.

O que desejo destacar é como cada qual verte a declaração luciânica de que o historiador deve ser “estrangeiro nos livros e sem cidade, autônomo, sem rei” (*xénos en toîs biblíois kai ápolis, autônomos, abasíleutos*), o que representa uma sorte de coroamento de tudo o que se indicou sobre a exigência de que se mantenha independente com relação aos interesses de várias ordens, mas sobretudo políticos, que cercam a história – *Como se deve escrever a história* não deixando de ser, no meu modo de entender, um panfleto (ainda que apenas “teórico” e retórico) contra o Império (no caso de Luciano: o romano). Ora, nesse sentido, importa observar como esse pensamento radical, que supõe um historiador que trate a história como estrangeiro e, portanto, não tenha pátria, seja autônomo e, principalmente, não se submeta a nenhum rei, se verte no contexto do Império (agora, o português).

Se Fr. Jacintho ateu-se simplesmente ao texto, Fr. Manoel, de forma mais livre, não se pode dizer que traiu seu sentido, embora o mitigue ao traduzir *ápolis* (sem cidade) por “não o domine o amor da Pátria” – o que implica que deve ter sim este amor e só não se deve deixar dominar por ele ao escrever – e *abasíleutos* (sem rei) por “ninguém o mande” – o que evidentemente elude a figura do imperador para o qual, de

acordo com o que afirmara Luciano antes, os que o bajulam escrevem então as histórias das guerras dos romanos contra os partos.

A leitura mais marcada, contudo, é a do Pe. Custódio, cuja dedicatória ao Marquês de Pombal já salientei o quanto revela: *abasíleutos* torna-se, então, “reconhecendo por único soberano a verdade”, ou seja, a referência a que o historiador não deve submeter-se a rei algum desaparece por completo, sendo interpretada como submissão à “verdade”, palavra que não se lê neste ponto do texto grego e pensamento que não deixa de ser mero lugar comum. Não resta dúvida de que, da perspectiva de Luciano, ser verdadeiro é um requisito do historiador (afirmou-se antes que ele deve ser “amigo da verdade”), o que, contudo, não se realizará se estiver sujeito a algum rei. Todavia, o forte e impactante em sua declaração está no uso de um termo composto com prefixo de negação (*a-basíleutos*) e no fato de que o mesmo não seja determinado por nenhuma outra palavra: o historiador deve ser, pura e simplesmente, sem-rei. Deduz-se que, para o tradutor português – ou para seu destinatário principal, o Marquês – se tratasse de uma afirmação muito forte, na situação de contar-se com um monarca “iluminado”, logo, que também reconheceria “por único soberano a verdade”? Noutros termos: passar da negação para a afirmação não deixa de implicar que o problema não está em ter soberano, mas em saber escolher a qual soberano render-se – isso sim uma traição ao pensamento panfletário de Luciano.<sup>28</sup>

Um último trecho significativo reforça essa constatação, o que se vê na tabela seguinte:

Tabela 5

Fr. Jacintho	Fr. Manoel	Pe. Custódio
Por tanto, importa escrever deste modo a Historia, com verdade, mais para a esperança futura, do que com adulaçãõ, para o agrado dos que agora louvaõ. Esta te seja a regra, e prumo da Historia justa. E se alguns se examinassem por ella, faraõ bem; e escrevemos com utilidade. Mas senaõ, voltey a pipa no Cranio.	Convém logo q assim se escreva a Historia, antes cõ verdade, esperado pelo futuro, do q com lisonja, e por dar gosto aos q agora daõ os louvores. Esta seja para ti a regoa, e o prumo da Historia justa. E se alguns se governarem por elle, bom vay o negocio: escrevemos com fruto. Quando naõ, a talha foy voltada no Cranio.	63. Deste modo se deve escrever a Historia, mais com a verdade para a futura esperança, do que com a lisonja para alcançar o obsequio dos que agora a louvarem. Esta seja a regra, este o nivel da Historia justa, e verdadeira: se por este se dirigirem alguns, ficará tudo bom, e aproveitar-se-ha o nosso trabalho, quando não estivemos volteando a dorna pelo

<sup>28</sup> Apenas como curiosidade, verifique-se como D’ Ablancourt verteu a mesma passagem, de acordo com seus preceitos relativos à tradução: *Je veus donc que mon Historien aime à dire la verite, & n’ait point sujet de la taire: Qu’il ne donne rien à la crainte, ni à l’esperance, à l’amitié, ni à la haine; ne soit d’aucun pays, ni d’aucun party; & apelle les choses par leur nom, sans se soucier ni d’offenser ni de plaire.* Note-se como *abasíleutos* também desaparece, substituído por “sem partido”, bem como o belo *xénos en toís biblíois*, “estrangeiro nos livros”.



Trata-se do fecho de *Como se deve escrever a história*, que constitui um resumo muito bem elaborado – conscientemente elaborado – de seu conteúdo: é preciso que a história seja escrita “com a verdade” (*syn têi aletheíai*, um dativo instrumental) e não “com bajulação” (*syn kolakeíai*), para que seja uma “história justa” (*historía dikaía*). Ou seja, não se trata de postular uma história verdadeira, mas justa, que usa sim da verdade como instrumento, mas visa à justeza (e justiça) com que se escreve.<sup>29</sup> De fato, é nisso que Luciano insiste todo o tempo, tanto quando apresenta os exemplos negativos de como ela não se deve escrever, quanto ao apresentar, na segunda parte da obra, os preceitos positivos.

Considerando esse contexto, Frei Jacintho e Frei Manoel verteram *historía dikaía* por “história justa”. O Padre Custódio, contudo, parece que teve problemas em entender o significado dessa expressão, acrescentando, após a mesma, um “e verdadeira” que não se encontra no texto grego. É como se ele não pudesse admitir que a virtude principal da história pudesse estar em ser apenas justa, insistindo que seu valor estaria em ser sempre verdadeira – em resumo: ele parece discordar de Luciano. Sua postura tem assim como parâmetro uma oposição banal verdade *versus* falsidade, quando parece que o que está em causa, para Luciano, é a contraposição, mais produtiva, entre justiça e adulação.<sup>30</sup> No período das luzes é provável que não se pudesse admitir que a justiça prevalecesse sobre a verdade – e é por isso que o Pe. Custódio não tem pejo de corrigir Luciano.

Como, finalmente, não tem pejo em observar, em nota a passagem na qual Luciano vituperava um historiador que se metera a escrever o relato das ações futuras e grandiosas dos romanos “na Índia e toda a navegação do mar exterior”, o seguinte:

Este historiador, na verdade ridículo, por compor uma história de feitos não sucedidos e talvez naquele tempo só imaginados por ele, veio a ser mais verdadeiro profeta do que pareceu a Luciano; porque quanto profetizava a respeito dessa navegação, veio bem depois, pelo

<sup>29</sup> Compare-se, mais uma vez, com a tradução de D’Ablancourt: *Voilà la règle qu’on doit suivre pour bien écrire l’Histoire: si on le fait, je n’auray pas perdu mon tems, sinon, j’auray roulé en vain mon tonneau*. Em nota, observa-se: *Il fait allusion à ce qu’il a dit de Diogene*. Considerando a repetição uma falha de estilo, não só a justiça, como a adulação e a verdade desapareceram. Também a interpretação de que o tonel foi rolando em vão parece não expressar exatamente o que Luciano declara, já que “rolar o tonel”, como faz o cínico, nunca será em vão, mas constitui, no contexto para o qual o texto se dirige, a única atividade possível, que produz, sim, certos efeitos.

<sup>30</sup> Tratei desse aspecto, que considero o mais básico para a compreensão de *Como se deve escrever a história*, em Brandão, J. L. A “pura liberdade” do poeta e o historiador. *Ágora: Estudos clássicos em debate*. Aveiro, n. 9, p. 9-40, 2007.

ano de 1497, a servir de glória ao nosso grande Vasco da Gama e ser assunto dos nossos célebres historiadores.<sup>31</sup>

Com essa observação – que, além do mais, ilustra mais uma das mil e uma utilidades das notas – é provável que tenhamos encontrado a resposta para a pergunta “por que se traduz” Luciano no século XVIII português e “como se traduz”. Vale lembrar que a própria história, como se sabe, não só se escreve na medida de cada época e lugar, como também, nessa mesma medida, cada época e lugar diz como ela se deve escrever. A tal ponto que Luciano pode travestir-se em profeta das glórias lusitanas, o que faz com que se o traduza e que ele se mostre, então, traduzível.

### Referências Bibliográficas

BRANDÃO, J. L. A “pura liberdade” do poeta e o historiador. *Ágora: estudos clássicos em debate*. Aveiro, n. 9, p. 9-40, 2007.

CANFORA, L. *Teorie e tecnica della storiografia classica*. Roma: Laterza, 1974.

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 80.

FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUENTES-GONZÁLEZ, Pedro Pablo. Lucien de Samosate. In: GOULET, Richard (org.). *Dictionnaire des philosophes antiques*. Paris: CNRS Éditions, 2005. Vol. 4, p. 131-160.

HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Prefácios de historiadores e textos sobre a história reunidos e comentados por François Hartog, traduzidos para o português por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUCIAN. How to write History. In: *Lucian with an English translation*. Ed. by K. Kilburn. Cambridge, Mass./ London: Harvard University Press/ Heinemann, 1959. Vol VI, p. 1-73.

---

<sup>31</sup> Cf. p. 70, nota.



\_\_\_\_\_. *Arte historica de Luciano Samosateno*. Traduzida do grego em duas versões portuguesas pelos Revs. Padres Fr. Jacintho de São Miguel, cronista da congregação de S. Jeronymo, e Fr. Manoel de Santo Antonio; monge da mesma congregação em Portugal. Dadas à luz pelo Padre Joseph Henriques de Figueiredo, presbytero do habito de S. Pedro e capellão da Rainha Nossa Senhora. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1733.

\_\_\_\_\_. *Sobre o modo de escrever a História*. Tradução de Custódio José de Oliveira. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1771.

\_\_\_\_\_. *Sobre o modo de escrever a História*. Tradução de Custódio José de Oliveira. Segunda edição novamente corrigida e adicionada em suas notas. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1804.

\_\_\_\_\_. Πῶς δεῖ ἱστορίαν συγγράφειν. In: *Luciani opera*. Recognovit brevique adnotatione critica instruxit M. D. Macleod. Oxford: Clarendon, 1980, p. 287-319.

\_\_\_\_\_. Πῶς δεῖ ἱστορίαν συγγράφειν. In: *Luciani Samosatensis opera*. Ex recognitione Caroli Iacobitz. Leipzig: Teubner, 1887. Vol. II, p. 1-30.

\_\_\_\_\_. Quomodo historia conscribenda sit. In: *Luciani Samosatensis opera quae quidem extant*. Cum Gilberti Gognati et Ioannes Sambuci annotationibus; narratione item Vita & Scriptis Authoris Iacobi Zvingeri. Bâle: Sebastianus Henricpetri, 1563. Vol. II, p. 361-431.

\_\_\_\_\_. Quomodo historia conscribenda sit. In: *Lucianus recognovit Iulius Sommerbrodt*. Berlim: Weidmann, 1893. Vol. secundí pars prior.

\_\_\_\_\_. Quomodo historia conscribenda sit. In: *Lucianus Samosatensis*. Franciscus Fritzchius recensuit. Rostock: 1860-1882.

\_\_\_\_\_. *Lucien de la traduction de N. Perrot, Sr. D'Ablancourt*. Nouvelle edition, reveüe et corrigée. Amsterdam: Chez Pierre Mortier, [1709]. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Texte établi et traduit par Jacques Bompaire. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

\_\_\_\_\_. *Wie man Geschichte schreiben soll*. Herausgegeben, übersetzt und erläutert von H. Homeyer. München: W. Fink, 1965.

MORAIS, Carlos. *A gramática de grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma pombalina: A primeira gramática de grego em língua portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000.

NORDEN, Eduard. *La prosa artística griega de los orígenes a la edad augustea*. Traducción de Omar Álvarez y Cecilia Tercero. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

SCHWARTZ, J. *Biographie de Lucien de Samosate*. Bruxelles: Latomus, 1965.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Do gênio da língua ao tradutor como gênio. In: MARQUES, Luiz. *A constituição da tradução clássica*. São Paulo: Hedra, 2004, p. 258-259.